

# **Demonstrações Financeiras**

## **Rosal Energia S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	20
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	20
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	21
8. IMOBILIZADO.....	21
9. INTANGÍVEL.....	23
10. FORNECEDORES.....	24
11. PROVISÕES.....	24
12. TRIBUTOS A PAGAR.....	25
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	25
14. ENCARGOS SETORIAIS.....	27
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
16. RECEITA.....	29
17. CUSTOS E DESESA OPERACIONAIS.....	30
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	31
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	32
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	34
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	42
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	44

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### **A ROSAL ENERGIA**

A Rosal Energia S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, Sala 8, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### ***Resultado do Exercício***

A Companhia apurou um lucro líquido do exercício de R\$23.507 mil em 2022, em comparação ao resultado de R\$28.500 mil em 2021.

#### ***Receita Operacional***

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$59.125 mil em 2022, comparada a R\$68.321 mil em 2021, que representa uma diminuição de 13,46%.

#### ***Custos e Despesas Operacionais***

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$20.380 mil em 2022, comparado a R\$30.977 mil em 2021, representando uma redução de 34,21%. Esta variação decorre, principalmente, da redução dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro em 2022 foi uma receita financeira líquida de R\$1.792 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$2.150 mil em 2021, representando uma redução de 16,65%. Essa variação decorre, principalmente, da redução da receita financeira relacionada aos seguintes itens: acréscimos moratórios sobre venda de energia; variação monetária de créditos tributários.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$2.436 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,39% em relação ao lucro de R\$25.943 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.840 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,06% em relação ao lucro de R\$31.340 mil antes dos efeitos fiscais.

### **Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA da Companhia foi de R\$29.270 mil (R\$33.802 mil em 2021) e a Margem do LAJIDA foi de 65,73% no mesmo período (65,93% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado Líquido	23.507	28.500	(17,52)
Despesa de IR e CS	2.436	2.840	(14,23)
Resultado Financeiro	(1.792)	(2.150)	(16,65)
Depreciação e amortização	5.119	4.612	10,99
<b>LAJIDA</b>	<b>29.270</b>	<b>33.802</b>	<b>(13,41)</b>

## **SEGURANÇA DE BARRAGENS**

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além

dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

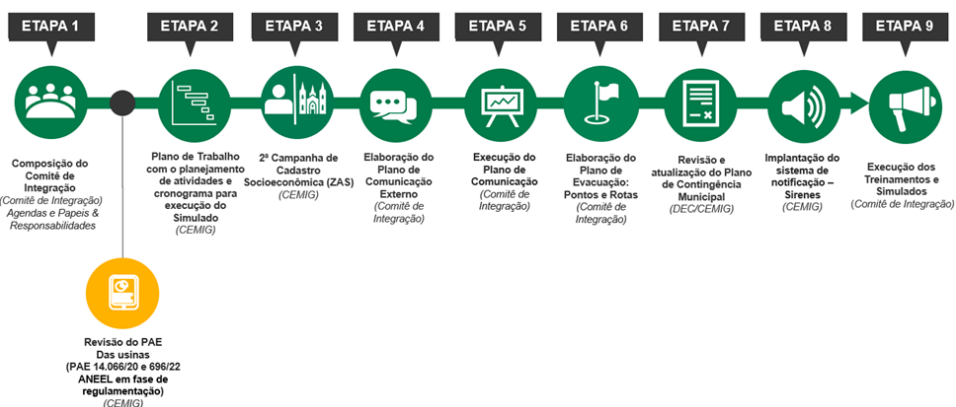
Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Civas Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de

Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesas Cíveis Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Cíveis Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações do Pesquisa & Desenvolvimento (“P&D”) de desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHes Queimado, Nova Ponte, Emborcação e

Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

### **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$23.507 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2022, seja dada a seguinte destinação:

- R\$12.780 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$12.779 mil para pagamento de dividendos adicionais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021****(Em milhares de Reais)****ATIVO**

	Nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.900	840
Títulos e Valores Mobiliários	4	15.834	8.548
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	5.808	4.186
Tributos Compensáveis	7	4	4
Outros ativos		382	478
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>24.928</b>	<b>14.056</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	4	60	1.758
Tributos Compensáveis	7	454	284
Depósitos Judiciais	6	539	535
Outros ativos		82	78
Imobilizado	8	95.458	96.312
Intangível	9	8.287	8.896
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>104.880</b>	<b>107.863</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>129.808</b>	<b>121.919</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021****(Em milhares de Reais)****PASSIVO**

	Nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	1.359	2.312
Obrigações Sociais e Trabalhistas		727	584
Tributos a Pagar	12	562	485
Imposto de Renda e Contribuição Social	13a	359	592
Encargos Setoriais	14	1.298	1.786
Dividendos a Pagar	15	12.780	-
Convênio de compartilhamento	20	254	223
Outras Obrigações		36	30
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>17.375</b>	<b>6.012</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos Setoriais	14	823	111
Tributos a Pagar	12	515	276
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13b	413	289
Provisões	11	78	108
Outras Obrigações		80	74
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.909</b>	<b>858</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>19.284</b>	<b>6.870</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	15		
Capital Social		46.944	46.944
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		41.252	43.304
Reserva de Capital		160	160
Reservas de Lucros		22.168	24.641
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>110.524</b>	<b>115.049</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>129.808</b>	<b>121.919</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>16</b>	<b>44.531</b>	<b>51.267</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
Custos com energia elétrica		(7.776)	(18.953)
Custos de operação		(10.998)	(10.504)
		<b>(18.764)</b>	<b>(29.457)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>25.767</b>	<b>21.810</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAL</b>	<b>17</b>		
Despesas Gerais e Administrativas		(1.414)	(1.320)
Outras Despesas		(202)	(200)
		<b>(1.616)</b>	<b>(1.520)</b>
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	9	-	8.900
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>24.151</b>	<b>29.190</b>
Receitas Financeiras	18	1.934	2.359
Despesas Financeiras	18	(142)	(209)
		<b>1.792</b>	<b>2.150</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>25.943</b>	<b>31.340</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	19	(2.311)	(2.619)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19	(125)	(221)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>23.507</b>	<b>28.500</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$</b>		<b>500,75</b>	<b>607,11</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021****(Em milhares de Reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	23.507	28.500
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<b>23.507</b>	<b>28.500</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>46.944</b>	<b>160</b>	<b>45.356</b>	<b>9.389</b>	<b>19.012</b>	-	<b>120.861</b>
Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R\$404,99 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(19.012)	-	(19.012)
<b>Resultado do Exercício</b>	-	-	-	-	-	28.500	28.500
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(2.052)	-	-	2.052	-
Dividendos intermediários (R\$325,92 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(15.300)	(15.300)
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>							
Dividendos adicionais propostos (R\$324,90 por lote de mil ações)	-	-	-	-	15.252	(15.252)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>46.944</b>	<b>160</b>	<b>43.304</b>	<b>9.389</b>	<b>15.252</b>	-	<b>115.049</b>
Dividendos Adicionais Propostos 2020	-	-	-	-	(15.252)	-	(15.252)
<b>Resultado do Exercício</b>	-	-	-	-	-	23.507	23.507
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(2.052)	-	-	2.052	-
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>							
Dividendos mínimos obrigatórios						(12.780)	(12.780)
Dividendos adicionais propostos					12.779	(12.779)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>46.944</b>	<b>160</b>	<b>41.252</b>	<b>9.389</b>	<b>12.779</b>	-	<b>110.524</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021****(Em milhares de Reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	23.507	28.500
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	5.119	4.612
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	125	221
Varição monetária de depósitos judiciais	(4)	(9)
Provisões (Nota 11)	(30)	12
Baixa imobilizado	8.554	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	-	(8.900)
	<b>37.271</b>	<b>24.436</b>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(1.622)	804
Tributos Compensáveis	(170)	9
Depósitos Judiciais	(4)	1
Outros ativos	98	(116)
	<b>(1.698)</b>	<b>698</b>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(953)	(4.042)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	143	19
Tributos	2.279	1.535
Encargos Setoriais	224	(167)
Transações com Partes Relacionadas	31	(9)
Provisões	-	(1)
Outras Obrigações	12	(105)
	<b>1.736</b>	<b>(2.770)</b>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>37.309</b>	<b>22.364</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.197)	(2.178)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>35.112</b>	<b>20.186</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Títulos e Valores mobiliários	(5.588)	13.879
Imobilizado (Aquisições)	(12.212)	(1.669)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(17.800)</b>	<b>12.210</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(15.252)	(38.325)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(15.252)</b>	<b>(38.325)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.060</b>	<b>(5.929)</b>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	840	6.769
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.900	840
	<b>2.060</b>	<b>(5.929)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal (“UHE Rosal”).

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 001/97 foi assinado em 08 de maio de 1997, com prazo de duração da concessão para exploração de 35 anos.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico.

A Companhia obteve sua licença de operação em março de 2011, válida por 8 (oito) anos, assim para renovação foi protocolado no órgão ambiental competente novo pedido de renovação, em conformidade com a regulação ambiental. Em 31 de dezembro de 2022, o processo continuava em análise no órgão ambiental. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaçuí (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

O pedido de renovação da Licença de Operação - LO, vencida em 02/03/2019, foi protocolado dentro do prazo legal e essa se encontra prorrogada automaticamente até a manifestação definitiva do IBAMA. Em fevereiro de 2022, o IBAMA emitiu ofício 27/2022/CGTEF/DILIC confirmando a prorrogação automática.

A usina de Rosal, a partir de junho de 2022 deixou de ser impactada pela EIMRGF-Energia Impactada pelo Mecanismo de Redução de Garantia física e atingiu o FID-Fator de Disponibilidade de 1,0579 neste exercício, portanto representou impacto negativo na receita de apenas R\$56.



Em 30 de novembro de 2022, foi publicada a portaria Nº 709/GM/MME onde houve revisão extraordinária de garantia física, alterando de 29,1 MW médios para 27,7 MW médios.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### **2.2 Bases de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 11– Provisões;
- Nota 16 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

## 2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

## 2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

## 2.8 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Banco conta movimento	126	434
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	105	-
Overnight	2.669	406
	<b>2.900</b>	<b>840</b>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram 99,0% em 31 de dezembro de 2022, (50% e 99,5 em 2021) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 13,62% e 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (variou entre 8,87% e 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

### Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da

Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.739	501
Letras Financeiras Bancos - LFs	10.355	7.059
Debêntures	90	99
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	3.650	889
	<b>15.834</b>	<b>8.548</b>
<b>Não Circulante</b>		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	1.734
Debêntures	60	24
	<b>60</b>	<b>1.758</b>
	<b>15.894</b>	<b>10.306</b>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 103% a 104,4% em 31 de dezembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 21 destas Demonstrações Financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

## 5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Total	
	Não Faturado	2022	2021
Fornecimento Industrial	808	808	
Suprimento a Outras Concessionárias	5.000	5.000	3.555
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	631
<b>Total</b>	<b>5.808</b>	<b>5.808</b>	<b>4.186</b>

A Companhia não constituiu Provisão para perdas de créditos esperadas pelo fato de a Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

### Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas esperadas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

## 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Do total de Depósitos Judiciais, no montante de R\$539 em 31 de dezembro de 2022 (R\$535 em 31 de dezembro de 2021), R\$385 (R\$383 em 31 de dezembro de 2021) são referentes a ações trabalhistas movidas por empregados da Companhia, R\$133 (R\$133 em 31 de dezembro de 2021) são referentes a ações tributárias e R\$21 (R\$19 em 31 de dezembro de 2021) estão relacionados a ações de outras naturezas.

A movimentação comparativa dos Depósitos Judiciais está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Demonstrações Financeiras

## 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Outros	4	4
	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Não Circulante</b>		
PIS-PASEP	81	50
COFINS	373	234
	<b>454</b>	<b>284</b>
<b>TOTAL</b>	<b>458</b>	<b>288</b>

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2022			2021		
		Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>		<b>181.439</b>	<b>(90.278)</b>	<b>91.161</b>	<b>180.826</b>	<b>(86.413)</b>	<b>94.413</b>
Terrenos, Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	2,33	36.220	(16.869)	19.351	35.999	(16.115)	19.884
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,08	85.923	(41.477)	44.446	85.925	(39.687)	46.238
Máquinas e Equipamentos	3,13	59.155	(31.798)	27.357	58.762	(30.479)	28.283
Veículos	-	89	(89)	-	89	(89)	-
Móveis Utensílios	6,25	52	(45)	7	51	(43)	8
<b>Em Curso</b>		<b>4.297</b>	<b>-</b>	<b>4.297</b>	<b>1.899</b>	<b>-</b>	<b>1.899</b>
<b>Total</b>		<b>185.736</b>	<b>(90.278)</b>	<b>95.458</b>	<b>182.725</b>	<b>(86.413)</b>	<b>96.312</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas(B)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Em Serviço</b>	<b>180.826</b>		<b>(9.201)</b>	<b>9.814</b>	<b>181.439</b>	<b>613.521</b>	<b>(90.278)</b>	<b>91.161</b>
Terrenos, Obras Cíveis, Benfeitorias e Edificações	35.999			220	36.219	220.000	(16.869)	19.350
Reservatórios, Barragens e Adutoras	85.925				85.925		(41.477)	44.448
Máquinas e Equipamentos	58.762		(9.201)	9.594	59.155	393.521	(31.798)	27.357
Veículos	89				89		(89)	-

Móveis								
Utensílios	51				51		(45)	6
Em Curso	1.899	12.212		(9.814)	4.297	12.212	-	4.297
<b>Total</b>	<b>182.725</b>	<b>12.212</b>	<b>(9.201)</b>	<b>-</b>	<b>185.736</b>	<b>625.733</b>	<b>(90.278)</b>	<b>95.458</b>

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que, ao final do prazo da concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2022 é de 2,47% (2,46% em 2021).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

### **Prática contábil**

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

### **Redução ao valor recuperável**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade



geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## 9. INTANGÍVEL

Intangível	Taxa anual média de amortização %	2022			2021		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>							
Custo histórico - Servidão		299	-	299	299	-	299
Ativos da Concessão - GSF	6,82	8.900	(912)	7.988	8.900	(303)	8.597
<b>Total</b>		<b>9.199</b>	<b>(912)</b>	<b>8.287</b>	<b>9.199</b>	<b>(303)</b>	<b>8.896</b>

A movimentação do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>					
Custo histórico - Servidão	299	-	299		299
Ativos da Concessão - GSF	8.900	-	8.900	(912)	7.988
<b>Total</b>	<b>9.199</b>	<b>-</b>	<b>9.199</b>	<b>(912)</b>	<b>8.287</b>

Ativo Intangível	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições	Valor Bruto em 31/12/2021	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021
<b>Em serviço</b>					
Custo histórico - Servidão	299	-	299	-	299

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Rosal	8.900	08/05/2032	1.314	13/12/2035

A Companhia avaliou o ativo intangível em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

### Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

## **10. FORNECEDORES**

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Operação e Manutenção de Usina	1.267	2.295
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	15	17
Energia de curto prazo - CCEE	77	-
<b>Total</b>	<b>1.359</b>	<b>2.312</b>

## **11. PROVISÕES**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Provisões</b>		
Tributárias	-	39
Outras	78	69
	<b>78</b>	<b>108</b>

	31/12/2021	Adições	Liquidações	31/12/2022
<b>Provisões</b>				
Tributárias	39	-	(39)	-
Outras	69	9	-	78
	<b>108</b>	<b>9</b>	<b>(39)</b>	<b>78</b>

	31/12/2020	Adições	Liquidações	31/12/2021
<b>Provisões</b>				
Trabalhistas	-	-	-	-
Tributárias	38	2	(1)	39
Ambientais	-	-	-	-
Outras	59	10	-	69
	<b>97</b>	<b>12</b>	<b>(1)</b>	<b>108</b>

Os passivos contingentes referentes aos processos de natureza tributária, ambiental e patrimonial, totalizaram R\$15.326 em 31 de dezembro de 2022 (R\$13.851 em 31 de

dezembro de 2021), dos quais R\$78 foram provisionados em 31 de dezembro de 2022 (R\$108 em 31 de dezembro de 2021), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar essas discussões.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

## 12. TRIBUTOS A PAGAR

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
PASEP	32	26
COFINS	147	119
ICMS	13	49
INSS	127	98
ISS	180	139
Outros	63	54
	<b>562</b>	<b>485</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS Diferido	390	227
PASEP Diferido	125	49
	<b>515</b>	<b>276</b>
<b>Total</b>	<b>1.077</b>	<b>761</b>

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	189	471
Contribuição Social	170	121
<b>Total</b>	<b>359</b>	<b>592</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2022	2021
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de Renda diferido	278	190
Contribuição Social diferida	135	99
<b>Total</b>	<b>413</b>	<b>289</b>

### Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

### **Corrente**

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

### **Diferido**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**14. ENCARGOS SETORIAIS**

	2022	2021
<b>Passivo Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	461	536
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	8	14
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	18	2
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	572	534
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	194	688
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	35	3
CDE sobre P&D	10	9
	<b>1.298</b>	<b>1.786</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	823	111
<b>Total Passivo</b>	<b>2.121</b>	<b>1.897</b>

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$46.944, constituído por 46.944.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

**b) Reservas de Lucros**

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucro	2022	2021
Reserva Legal	9.389	9.389
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	12.779	15.252
	<b>22.168</b>	<b>24.641</b>

**Reserva Legal**

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2022, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$12.779 referente a dividendos adicionais propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

**c) Reserva de ajustes de avaliação patrimonial**

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

**d) Dividendos**

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2022	2021
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	23.507	28.500
Realização do custo atribuído	2.052	2.052
	<b>25.559</b>	<b>30.552</b>
<b>Dividendos Mínimos Obrigatórios</b>	<b>12.780</b>	<b>15.276</b>
Reserva de Retenção de Lucros	-	-
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Obrigatórios	12.780	-
Dividendos intermediários	-	15.300
Dividendos Adicionais Propostos	12.779	15.252
<b>Total dos Dividendos</b>	<b>25.559</b>	<b>30.552</b>

## Destinação do Resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2023, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2022, no montante de R\$23.507, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2022:

- R\$25.559 sejam destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
  - R\$12.780 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
  - R\$12.779 para pagamento de dividendos adicionais.

## **16. RECEITA**

	2022	2021
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	59.125	68.321
Deduções à Receita Operacional (b)	(14.594)	(17.054)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>44.531</b>	<b>51.267</b>

### a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	2022	2021
Fornecimento Faturado – Industrial	50.068	61.505
Fornecimento Não Faturado	1.370	(1.378)
Suprimento a Outras Concessionárias	4.122	-
Transações com Energia na CCEE	3.565	8.194
<b>Total</b>	<b>59.125</b>	<b>68.321</b>

### b) Deduções à Receita Operacional

	2022	2021
COFINS	1.503	1.937
PASEP	326	420
ICMS	9.012	11.071
Reserva Global de Reversão – RGR	1.126	1.154
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	125	119
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	179	205
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	90	103
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	128	155
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.050	1.804
CDE sobre P&D	55	86
	<b>14.594</b>	<b>17.054</b>

**Prática contábil**

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

**17. CUSTOS E DESESA OPERACIONAIS****Custos com energia elétrica**

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	2.586	14.434
Encargos de distribuição (a)	5.190	4.519
	<b>7.776</b>	<b>18.953</b>

**Custos de operação**

	2022	2021
Materiais	385	476
Serviços de terceiros	3.292	3.711
Provisões Operacionais	(30)	12
Depreciação	5.119	4.612
Seguros	89	-
Pessoal	1.999	1.672
Outros custos operacionais	134	21
	<b>10.988</b>	<b>10.504</b>

**Despesas operacionais**

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	690	1.320
Outras despesas, líquidas	927	200
Outras despesas operacionais, outros	208	
Outras despesas operacionais, materiais	-	
Serviços de terceiros	719	
Despesas com subvenções e doações	-	
	<b>1.617</b>	<b>1.520</b>



## 18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.712	1.045
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	157	1.193
Variação monetária de depósitos judiciais	4	9
Variação Monetária de créditos tributários	-	112
Outras Receitas Financeiras	61	-
	<b>1.934</b>	<b>2.359</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variação Monetária	(103)	(36)
Outras Despesas Financeiras	(39)	(173)
	<b>(142)</b>	<b>(209)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.792</b>	<b>2.150</b>

### Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

**19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	57.216	57.216
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.577	6.866
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	1.463	1.463
Outras Receitas Financeiras	223	223
Base de Cálculo - Lucro Presumido	6.263	8.552
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	939	770
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	602	-
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>1.542</b>	<b>770</b>
Acerto de crédito		
Rendas de Aplicações Não resgatadas (realização)	249	249
Alíquota	25%	9%
	62	22
Receita por competência (receita diferida)	1.909	1.909
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	153	229
Alíquota	25%	9%
	38	22
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	(607)	(607)
<b>Percentual de Presunção</b>	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
	(12)	(7)
<b>Corrente</b>	<b>1.542</b>	<b>770</b>
<b>Diferido</b>	<b>88</b>	<b>36</b>

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	68.543	68.543
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.483	8.225
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	1.154	1.154
Outras Receitas Financeiras	1.252	1.252
Base de Cálculo - Lucro Presumido	7.889	10.631
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.183	957

Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	765	-
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>1.948</b>	<b>957</b>
Acerto de crédito	(207)	(79)
Rendas de Aplicações Não resgatadas (realização)	(109)	(109)
Alíquota	25%	9%
	<b>(27)</b>	<b>(10)</b>
Receita por competência (receita diferida)	(222)	(222)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(18)	(27)
Alíquota	25%	9%
	<b>(5)</b>	<b>(2)</b>
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	8.596	8.596
<b>Percentual de Presunção</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>
Base de cálculo Lucro Presumido	688	1.032
Alíquota	25%	9%
	<b>172</b>	<b>93</b>
<b>IR e CS Diferidos</b>	<b>140</b>	<b>81</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.741</b>	<b>878</b>
<b>Diferido</b>	<b>140</b>	<b>81</b>

## 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Convênio de compartilhamento (1)</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	254	223	-	-	-810	-707
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M (2)</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	115	196	-	-	-1.923	-1.834
<b>Prestação de serviços (3)</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-366
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	2.669	406	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	15.833	8.548	-	-	333	90	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	60	1.758	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas “Equivalentes de Caixa” e “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, de 0,88% em 31 de dezembro de 2022 (0,48% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	58	55
Participação nos resultados	14	9
Previdência privada	3	2
<b>Total (*)</b>	<b>75</b>	<b>66</b>

\* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		5.808	5.808	4.186	4.186
Títulos e Valores Mobiliários		2.274	2.274	5.408	5.408
Depósitos Judiciais		539	539	535	535
		<b>8.621</b>	<b>8.621</b>	<b>10.129</b>	<b>10.129</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.774	2.774	406	406
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	1.739	1.739	501	501
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	8.231	8.231	3.508	3.508
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	3.650	3.650	889	889
		<b>16.394</b>	<b>16.394</b>	<b>5.304</b>	<b>5.304</b>
		<b>25.015</b>	<b>25.015</b>	<b>15.433</b>	<b>15.433</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(1.359)	(1.359)	(2.312)	(2.312)
		<b>(1.359)</b>	<b>(1.359)</b>	<b>(2.312)</b>	<b>(2.312)</b>

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
  
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
  
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

**b) Gestão de riscos***Risco de Crédito*

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

*Risco de Liquidez*

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.357	2	-	-	-	1.359
	<b>1.357</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.359</b>

### *Risco Hidrológico*

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

\*\*\*\*\*

Thadeu Carneiro da Silva  
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Leonardo George Magalhães  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC - 1SP/242451-04





## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

### Aos Diretores e Acionistas da

### Rosal Energia S.A.

### Belo Horizonte- MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rosal Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos

##### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório

da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de Abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Rosal Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Francisco Luiz Moreira Penna